

Pesquisa sobre meios de comunicação na América Latina: retorno ao ponto de partida*

*Elizabeth Fox***

Nos últimos 40 anos, a pesquisa latino-americana sobre meios de comunicação tem mostrado um compromisso bastante consistente com a análise crítica, procurando atender às demandas das circunstâncias políticas de cada período. Ao mesmo tempo, ela completou uma volta, na medida em que parte de pesquisa aplicada sobre meios de comunicação e desenvolvimentos nos anos 50 e 60 e retorna à pesquisa aplicada sobre meios de comunicação e desenvolvimento nos anos 90. Observando-se as tendências da pesquisa em comunicação latino-americana dos últimos quarenta e poucos anos, essas duas tendências, a capacidade de se engajar em ativismo político e o recente retorno a uma disciplina mais aplicada, parecem resultar mais da mudança da relação entre os meios de comunicação e o Estado na América Latina, do que de um determinado *insight* crítico, ou do fracasso dos intelectuais latino-americanos. Eu gostaria de explorar neste artigo essa relação entre Estado e meios de comunicação, e os tipos de pesquisa que ela engendrou.

De modo geral, até o início dos anos 60, a relação entre o Estado e os meios de comunicação na América Latina era de apoio estatal e estímulo à mídia privada comercial. Nos anos 60, a relação passou a ser de confrontação e conflito entre empresários de comunicação e governos reformistas. Nos anos 70, a relação mudou novamente para o controle dos meios de comunicação por governos autoritários e, finalmente, com o retorno dos regimes democráticos, para privatização e desregulamentação dos meios de comunicação. A pesquisa sobre a mídia latino-americana deteve-se sobre temas distintos e aplicou teorias distintas em cada estágio desse relacionamento. Durante o primeiro estágio de relacionamento harmonioso e, em princípio, mutuamente benéfico entre a mídia privada e os governos latino-americanos, a pesquisa de meios de comunicação era basicamente acrítica e aplicada, explorando o potencial em desenvolvimento do rádio e da

*Tradução de Pedro Amaral, no original: *Latin American media research comes full circle*.

**Jornalista, doutora (PhD) em Comunicação e Desenvolvimento Internacional, vice-presidente da International Association of Mass Communication Research.

televisão e o impacto de suas mensagens sobre atitudes e crenças. À medida que a mídia foi crescendo em espaço e influência, os Estados sentiram necessidade de assumir um papel mais direto em seu gerenciamento. Os líderes passaram a olhar mais de perto essa mídia cada vez mais poderosa e tentaram diminuir o controle privado, aumentar o conteúdo nacional e estabelecer alguma forma de controle sobre rádio-transmissões e até sobre a imprensa. Aí está a raiz dos estudos críticos em comunicação. Os pesquisadores muitas vezes trabalharam em movimentos de reforma dos meios de comunicação dirigidos pelo governo, ou em organizações intergovernamentais internacionais que visavam estabelecer uma nova ordem da informação nacional e internacional. Os esforços de pesquisa centravam-se no maior papel nacional e internacional exercido pelo Estado em meios de comunicação e cultura.

O fracasso dos regimes reformistas em atingir seus objetivos sociais e políticos mais amplos e a onda de autoritarismo que varreu a região, em muitos casos permanecendo por décadas, inauguraram uma nova escola de pesquisa em comunicação. Ditadores impuseram severa censura aos jornalistas, mas em geral permitiram que a indústria de comunicação privada se desenvolvesse comercialmente, desde que apoiasse o regime. Pesquisadores críticos agora trabalhavam lado a lado em esforços de comunicação alternativos, ou em seus lugares de exílio, contra os regimes autoritários. Manifestavam-se contra o Estado em assuntos como meios de comunicação e democracia, comunicação política e comunicação alternativa. O retorno gradual de regimes democraticamente eleitos e mercados mais abertos trouxe consigo uma forma mais pragmática de pesquisa de meios de comunicação, em grande parte voltada para o lucro e mercado ou centrada em assuntos como regulação, e não controle, da mídia privada. A mídia se tornou cada vez mais autônoma em relação ao Estado, mas não antagônica a ele, como havia sido no período inicial de reformas dirigidas pelo Estado. O retorno da pesquisa de comunicação aplicada em áreas como saúde e educação e o crescimento dos estudos culturais eram menos contestadores da mídia privada e mais afinados com o renascimento da democracia e a construção das instituições democráticas. Surgia um estilo de pesquisa que era por diversas razões mais funcional para as tarefas cotidianas da mídia em cada sociedade e para o uso dos meios de comunicação pelo Estado em seus programas de comunicação. Pesquisadores de comunicação dirigiam campanhas políticas, presidiam conselhos nacionais de transmissão, dirigiam emissoras públicas de televisão e trabalhavam em assuntos como a regulamentação dos meios de comunicação em um mercado livre. O debate

intenso, muitas vezes ferozmente crítico da comunidade acadêmica latino-americana em assuntos de meios de comunicação e cultura, reflete a mudança de relacionamento entre o Estado e os meios de comunicação. Também demonstra a relativa insularidade da comunidade acadêmica latino-americana, que tem geralmente seguido seu próprio caminho, pegando das correntes intelectuais estrangeiras aquilo de que necessita para fomentar seus argumentos, mas geralmente voltando-se para o debate interno, moldado sobretudo pela cambiante relação entre os meios de comunicação e o Estado.

Começa a pesquisa crítica

No final dos anos 50 e início dos 60, os países latino-americanos estavam às voltas com graves problemas econômicos, sofrendo pressões sociais crescentes. Num esforço para enfrentar esses problemas e reduzir a pressão social, os governos empreenderam programas de desenvolvimento ambiciosos, muitas vezes através de programas internacionais de desenvolvimento como a Aliança para o Progresso, o Banco Mundial e a Organização dos Estados Americanos. Nesses programas, os governos tornavam disponíveis fundos para equipamentos de comunicação vinculados a projetos envolvendo o uso dos meios de comunicação de massa em saúde, educação, desenvolvimento rural e planejamento familiar. Muitas das primeiras pesquisas de comunicação na e sobre a América Latina estavam de algum modo relacionadas com planejamento, implementação ou avaliação da comunicação nas questões ligadas ao desenvolvimento. Em alguns países, no entanto, a relação historicamente harmoniosa entre o Estado e a mídia privada comercial logo começou a azedar. Além de desejarem se utilizar do potencial de desenvolvimento dos meios de comunicação, os governos sentiam necessidade de controlar a mídia privada ou criar sua própria mídia para se comunicar diretamente com as crescentes massas de eleitores, cada vez mais expostos ao rádio e à televisão. Presidentes latino-americanos como Eduardo Frei e Salvador Allende no Chile, Juan Velasco no Peru, Luis Echeverría no México e Carlos Andrés Pérez na Venezuela, argumentaram em favor de uma mídia pública ou controlada pelo Estado, mas também de políticas nacionais de comunicação. Em resposta, a mídia privada tornou-se cada vez mais defensiva e hostil em relação ao Estado. Um dos pressupostos da comunicação desenvolvimentista era que a mídia privada queria parceiros de desenvolvimento, ainda que a principal motivação destes parceiros

fosse comercial. A orientação privada e comercial dos meios de comunicação latino-americanos havia se estabelecido firmemente por décadas, junto com uma alta porcentagem de conteúdo, financiamento e controle estrangeiros. O Estado jamais vira suas operações como uma ameaça. Elas tornaram-se uma ameaça, no entanto, com o fracasso do desenvolvimentismo em resolver os problemas sociais. Por que – perguntavam os líderes políticos – deveria alguém ingenuamente acreditar que os meios de comunicação na América Latina promoveriam uma atitude pró-desenvolvimento, quando seus donos estavam interessados sobretudo em lucro pessoal? Em 1976, Luis Ramiro Beltran apresentou um trabalho na conferência da Associação Internacional de Pesquisa em Comunicação de Massa (IAMCR) em Leipzig. Seu estudo, *Premissas estrangeiras, objetos e métodos na pesquisa de comunicação na América Latina*, posteriormente publicado em todo o mundo (Beltran, 1976 e 1979), resumia as principais críticas da pesquisa desenvolvimentista na América Latina. Continha as objeções daqueles líderes políticos e intelectuais latino-americanos que começavam a olhar criticamente para o papel dos meios de comunicação em suas sociedades. Beltran e seus colegas da comunicação desenvolvimentista (*development communication*) haviam dirigido programas de extensão agrícola, acompanhado campanhas de saúde e planejamento familiar e participado de exercícios de educação e aprendizado à distância. Eles agora questionavam a objetividade da “ciência” da comunicação, sua capacidade de avaliar mudanças comportamentais entre os habitantes da região e a necessidade de redirecionar a pesquisa.

Eles acreditavam que as pesquisas que enfocavam o comportamento individual e não os constrangimentos da estrutura social eram conservadoras por natureza. Os questionários, pesquisas por amostragem, entrevistas e análises estatísticas não poderiam nem de longe captar as complexidades e diversidade cultural dos habitantes do vasto continente. Os resultados desse tipo de pesquisa serviam para manter o *status quo* e jogar a culpa pelo subdesenvolvimento nos indivíduos e não em impedimentos econômicos ou políticos. (Ironicamente, vinte anos depois, aqueles mesmos questionários, pesquisas por amostragem, entrevistas e análises estatísticas voltariam a estar em voga, desta vez empregados por pesquisadores de comunicação para registros eleitorais.)

Os pesquisadores questionavam a mídia privada comercial e os comportamentos que ela estimulava – consumismo, elitismo e racismo. Em 1973, um encontro organizado na Costa Rica pelo Centro Internacional de Educação e Comunicação da América Latina (CIESPAL) recomendou

como focos principais de pesquisa em comunicação: a análise crítica do papel da comunicação em todos os níveis de operação em relação à dominância de classe, interna e externa; e o estudo de novos canais, mensagens, situações de comunicação etc. que contribuíssem para o processo de transformação social (*Lenguajes*#1, abril de 1974, citado em Sacher Ruiz, 1992:21-2). Essas questões abriram diferentes vias de pesquisa e ativismo no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Uma dessas vias era a análise crítica das estruturas de meios de comunicação nacionais – uma tradição da pesquisa latino-americana de meios de comunicação que continua hoje em dia, ver por exemplo: Fernandez, 1982; Herran, 1991; Hurtado, 1989; Gargurevich, 1987; Lira, 1987; Mayobre, 1986; Moreira, 1989; Sodré, 1981; Rivadeneira e Tirado, 1986.

Muitas dessas pesquisas procuravam documentar o controle monopolista, o excessivo comercialismo e o cont duo socialmente improdutivo das emissoras privadas. Muitas vezes isso era acompanhado de uma defesa nacionalista contra a domina o estrangeira dos meios de comunica o e da cultura. Inicialmente, esse tipo de pesquisa sequer chegou a recomendar mudanças específicas na propriedade ou controle dos meios de comunica o. Posteriormente, muitos dos autores trabalharam diretamente em movimentos de reforma dos meios de comunica o nacionais na região – Antonio Pasquali e Oswaldo Capriles na Venezuela, Luis Peirano e Rafael Roncagliolo no Peru, e Fatima Fernandez no México. Essa primeira onda de pesquisa crítica problematizava os meios de comunica o e sua rela o com o Estado. Os meios de comunica o não eram mais tomados como neutros no processo de desenvolvimento, e tornaram-se parte de uma crítica mais ampla do paradigma da moderniza o. Se os meios de comunica o deveriam servir ao desenvolvimento e não o faziam, então havia algo de errado com eles, e o Estado deveria fazer alguma coisa a respeito.

Dependência

Os evidentes fracassos nas hostes dos desenvolvimentistas e da moderniza o empurraram os estudos de meios de comunica o e cultura para a órbita da teoria da dependência, talvez a teoria crítica mais original surgida na América Latina. A análise da dependência nasceu da crise das teorias do desenvolvimento e da constata o de que a dependência era um elemento-chave para explicar os infortúnios e inabilidade de prosperar da região. O subdesenvolvimento, de acordo com a teoria da dependência,

não era uma fase rudimentar do desenvolvimento ou o resultado de atitudes e culturas tradicionais, como afirmavam os teóricos do desenvolvimento. Ele era o resultado do modo como essas sociedades e economias estavam inseridas nos mercados mundiais. Na área de meios de comunicação e cultura, a dependência era expressa em termos de dominação cultural. As culturas oprimidas eram sufocadas pelas culturas de seus senhores estrangeiros, às vezes com o auxílio de facilitadores nacionais. A teoria da dependência cultural enfocava a base material das indústrias de comunicação internacionais. De acordo com essa teoria, os investimentos dos anunciantes, distribuidores e emisoras majoritariamente norte-americanos e a ação do governos dos Estados Unidos em apoio a suas operações no estrangeiro, eram os fatores determinantes na evolução dos meios de comunicação latino-americanos. Alguns dos primeiros trabalhos realizados nessa moldura vieram dos Estados Unidos (Schiller, 1969). A influente revista *Comunicación y Cultura en América Latina*, editada primeiro (1973) em Santiago do Chile e depois em Buenos Aires e Cidade do México, mudando-se com a sucessão de golpes militares na região, contém muito da mais representativa literatura dessa abordagem produzida por latino-americanos e por pesquisadores críticos da América do Norte e da Europa, por exemplo Dorfman e Mattelart, 1970; Mattelart, 1970. As análises da dependência e os estudos subsequentes sobre sistemas globais e transnacionalização nos anos 70 proveram a moldura intelectual de muitos estudos sobre cultura e meios de comunicação latino-americanos. O Instituto de Estudios Latinoamericanos (ILET), na Cidade do México, Santiago e Buenos Aires, e o Instituto para América Latina (IPAL), em Lima, Peru, reuniram os esforços de pesquisadores que trabalhavam em seus próprios países ou, quando exilados, sustentados pelo ILET e IPAL, por exemplo: Arriaga, 1980; Beltrán e Fox, 1980; Esteinou, 1983; García Canclini e Roncagliolo, 1988; Portales, 1981 e 1987; Reyes Matta, 1983; Roncagliolo, 1986; e Selser e Roncagliolo, 1979.

Seus estudos descreviam a propriedade e o controle estrangeiro dos meios de comunicação nacionais e a natureza progressivamente transnacional e multinacional dos investimentos, programações, audiências e anúncios na América Latina. Essa pesquisa coincidia com as posições cada vez mais nacionalistas tomadas em fóruns internacionais pelos Estados latino-americanos em relação à autonomia cultural, ao fluxo internacional de informações e notícias e aos investimentos estrangeiros nas indústrias culturais.

Políticas nacionais de comunicação e reforma

Outra via de pesquisa de comunicação crítica e orientada politicamente surgida na América Latina estava estreitamente ligada a movimentos nacionais por reforma política e social. Dos anos 70 e até meados dos anos 80, tentativas de políticas nacionais de comunicação foram empreendidas em toda a região, notavelmente no Chile, na Venezuela, no Peru, no México e efemeramente na Argentina. Essas tentativas, enfocando ostensivamente a falta de participação da mídia privada no desenvolvimento econômico e social e a participação popular, eram iniciadas geralmente pelos governos como parte de reformas políticas e econômicas mais amplas e resultaram usualmente em maior participação do Estado nas transmissões. Essas políticas levaram, de modo quase uniforme, a uma oposição ativa e eloqüente por parte da mídia privada. A despeito das diferenças entre os partidos e as ideologias políticas que motivaram as reformas dos meios de comunicação, elas partilhavam algumas características. Todas as reformas preocupavam-se em introduzir funções de utilidade pública nos meios de comunicação, preservando tradições culturais e formulando políticas para os vastos setores desfavorecidos da sociedade. Todas tentavam delinear estruturas democráticas e práticas financeiras e administrativas que fossem representativas, participativas e exequíveis. E nenhuma delas, com a exceção de Cuba, propunha o controle exclusivo dos meios de comunicação pelo Estado ou partido, como única alternativa à mídia privada comercial.

No Chile (1966-1973), os movimentos de reforma dos meios de comunicação envolveram a criação de um canal de televisão nacional controlado pelo governo. Na Venezuela (1970-75), o movimento de reforma, apoiado pelo presidente e liderado por destacados intelectuais, procurou aumentar o papel do setor público nas transmissões, incluindo a criação de um sistema misto (público-privado) de transmissão. No Peru (1968-1975) as reformas foram ainda mais além, expropriando interesses controladores em rádios privadas e canais de televisão, nacionalizando os principais jornais, colocando-os sob controle governamental com o projeto, jamais implementado, de entregá-los a setores organizados da população. No México (anos 70), o “direito de comunicar-se” foi inscrito na Constituição, e o governo fez significativas incursões no monopólio privado das transmissões, incluindo a implementação por lei do direito do governo de reservar 12,5% do tempo de transmissão da televisão privada comercial para uso governamental e a criação de um canal de televisão educativo nacional. Na Argentina, o presidente Juan Perón (1973-74) re-nacionalizou a televisão e expropriou os estúdios dos canais privados.

Com a deterioração da situação econômica, por volta do início dos anos 80 a maioria dos governos latino-americanos havia recuado em seus planos de controle estatal e políticas culturais nacionais e feito as pazes com as indústrias de telecomunicações privadas. No entanto, os governos latino-americanos continuaram a ter um papel ativo em movimentos por reforma dos meios de comunicação internacionais e uma nova ordem internacional da informação, através de organizações como o Pacto Andino, o bloco terceiro-mundista nas Nações Unidas, o Movimento dos países Não-Alinhados, a Comissão MacBride e diversas atividades sob a égide da Unesco. Líderes políticos e intelectuais latino-americanos fizeram coro às demandas de países africanos e asiáticos por soberania política, econômica e cultural.

Pesquisadores de comunicação foram protagonistas de muitos dos movimentos nacionais de reforma dos meios de comunicação, fornecendo informação e planejamento e muitas vezes participando diretamente de sua implementação. Muito da pesquisa desse período nos países onde ocorreram reformas estava relacionado de algum modo com justificar, planejar, avaliar ou implementar programas para limitar a mídia privada, aumentar o conteúdo nacional, elevar a participação popular e desenvolver os meios de comunicação governamentais. Pesquisadores de comunicação como Antonio Pasquali, Luis Ramiro Beltrán, Carlos Ortega, Luis Peirano, Luis Anibal Gomez, Oswaldo Capriles, Elizabeth Safar e muitos outros trabalharam diretamente nos movimentos de reforma em seus países. Mais tarde, pesquisadores latino-americanos, muitos dos quais foram exilados de seus países devido à repressão política sob os militares, continuaram a desempenhar um papel importante nos debates internacionais sobre imperialismo cultural, denunciando a influência crescente das corporações transnacionais no controle da cultura e dos meios de comunicação em todo o mundo. A contribuição do ILET foi especialmente importante neste campo, operando inicialmente no México sob a direção dos intelectuais exilados chilenos Juan Somavia e Fernando Reyes Matta com a colaboração do argentino Hector Schmucler, do peruano Rafael Roncagliolo, do chileno Diego Portales e outros pesquisadores latino-americanos.

Os meios de comunicação, autoritarismo e democratização

Em diversos países, os programas de desenvolvimento e reformas econômicas e sociais dos anos 60 e 70 não cumpriram suas promessas de democracia, crescimento econômico e segurança política. Uma nova geração de regimes militares varreu a região, esperando obter desenvolvimento

econômico por meio de um Estado autoritário, empregando tecnocratas com ligação cada vez mais estreita com corporações transnacionais. Os governos militares que derrubaram regimes civis em toda a região (Brasil, 1964; Chile, 1973; Uruguai, 1973, Argentina, 1976; Bolívia, 1980) manipularam símbolos de nacionalismo e modernização e usaram os meios de comunicação de massas para controlar a informação e a comunicação públicas e privadas. Os militares submeteram as telecomunicações privadas ao seu controle político, censuraram jornais e revistas e prenderam e mataram jornalistas. Paralelamente, a nova ideologia de crescimento econômico sob autoritarismo político deu plena liberdade ao crescimento comercial e transnacional dos meios de comunicação de massa. Os vultuosos investimentos dos militares em novas tecnologias de comunicação e infraestrutura e o uso ostensivo da propaganda impulsionariam, adiante, o desenvolvimento comercial das telecomunicações. Se as pesquisas e políticas de meios de comunicação e cultura durante os anos 70 estiveram preocupadas em trabalhar junto ao Estado para reformar seus recursos de comunicação, uma perversa fascinação contrapondo o Estado autoritário e a manipulação e controle por ele desses mesmos recursos, ocupou grande parte das análises dos anos 80. Devido à inabilidade dos pesquisadores para trabalhar para o Estado ou em reformas dirigidas pelo Estado, uma preocupação com oposição popular e resistência ao controle autoritário ocupou sua atenção.

A pesquisa, rica e variada, produzida em alguns países sob governos autoritários inclui análises críticas da manipulação dos meios de comunicação e aniquilação de liberdades individuais por parte dos militares, por exemplo o trabalho de Giselle Munizaga e Paulina Gutierrez no Chile e o de Patricia Terrero na Argentina. Outros estudos examinaram o uso dos meios de comunicação pelos regimes autoritários, a resistência e a ‘mídia alternativa’ sob as ditaduras e os limites e dificuldades em ‘redemocratizar’ os sistemas nacionais de comunicações (Portales 1981). Instituições privadas de pesquisa como CENECA, no Chile e CEDES e CLACSO, na Argentina, e universidades como a UNICAMP, em São Paulo, Brasil, desempenharam um papel fundamental para que a investigação crítica se mantivesse viva, muitas vezes sob circunstâncias difíceis. Em alguns países, Paraguai, por exemplo, a ausência de liberdade intelectual e de condições mínimas de fomento à pesquisa sob os militares deixou pouco espaço para a pesquisa ou a análise de comunicação e cultura. Em outros, a pesquisa continuou, ainda que com apoio mínimo, por exemplo na Bolívia (Rivadeneira 1982) e Uruguai (Gabay 1988).

Mídia alternativa

Durante os anos de ditadura militar e regimes não-democráticos, indivíduos e organizações privados de acesso aos meios de comunicação de massas e ávidos por manter viva uma resistência cultural e política às ditaduras, voltaram-se para outros meios de comunicação, como rádios e jornais comunitários, produção local de vídeo e teatros de bairro. Essas experiências vieram a ser conhecidas como meios de comunicação “alternativos”. Os meios de comunicação alternativos eram uma forma de expressão ou protesto em sociedades onde ter uma opinião ou expressar uma idéia era muitas vezes perigoso, e o acesso aos meios de comunicação de circuito (*mainstream*) ou comerciais era impossível. Não eram novidade na América Latina. A região abrigou, através da História, milhares de formas de expressão, diversas e variadas, geralmente modos de manter vivos os valores e expressões alternativos de um grupo política, econômica, étnica ou culturalmente aliado do poder. Alguns usos alternativos dos meios de comunicação, por exemplo, a *Radio Minera* dos trabalhadores das minas de estanho da Bolívia, começaram pouco após a Segunda Guerra Mundial. Outros foram conduzidos pela Igreja Católica após o Vaticano II haver anunciado a opção preferencial da Igreja pelos pobres e o apoio a muitos dos componentes da Teologia da Libertação. Conseqüentemente, a Igreja desenvolveu meios de comunicação ‘alternativos’ de grupo e populares.

Em alguns casos, a mídia alternativa era ao mesmo tempo uma alternativa autêntica aos meios de comunicação de massa alienantes, controlados pelo governo, e uma forma de comunicação democrática e participativa. Em outros, ela serviu como um filtro que decifrou, interpretou e ajudou as pessoas a resistir à mensagem monolítica disseminada pelos meios de comunicação de massas sob as ditaduras. Em outros ainda, a mídia alternativa desempenhou um papel específico de organização popular e de educação. Muito da pesquisa latino-americana sobre comunicação alternativa esteve estreitamente ligado a programas de ação, e muitos pesquisadores eram protagonistas em meios de comunicação e processos alternativos. Algumas das experiências em comunicação alternativas foram analisadas em Festa e Lins da Silva, 1986.

Cultura popular

Durante os anos de ditadura, e privados de acesso às reformas estatais e sob supervisão estatal dos meios de comunicação, alguns pesquisadores

latino-americanos mudaram seu enfoque, do controle autoritário da mídia para o estudo da cultura popular. A pesquisa sobre cultura popular é uma das mais agudas e teoricamente desafiadoras surgidas na América Latina, e ela sacudiu as estruturas das teorias de comunicação alternativa. Esse ‘terremoto teórico’ é exemplificado mais claramente no trabalho de Jesús Martín Barbero e Nestor García Canclini, cujos estudos sobre cultura popular desafiaram a pesquisa (e a política) sobre desenvolvimento, dependência e reforma e questionaram a própria existência da comunicação alternativa.

Muitas das teorias de comunicação alternativa têm como premissa a pureza dos atores e processos de comunicação popular e a ausência de contaminação pelos meios de comunicação de massa. A pesquisa sobre cultura popular e recepção (Fuenzalida e Hermosilla, 1989; Fuenzalida, 1990; García Canclini, 1990; Martín Barbero, 1987) questionou essa premissa. Como observam Huesca e Dervin (1994:12): “As linhas entre opressores e oprimidos –consideradas claramente demarcadas em muito do trabalho sobre comunicação alternativa- eram vistas como mescladas e móveis”.

Os estudos sobre cultura popular revelaram as contradições, misturas e sincretismo que formavam as atitudes supostamente ‘tradicionais’ do camponês, do índio e do pobre na América Latina, os principais alvos dos esforços de modernização e desenvolvimento. Eles mostraram que a identidade cultural não é pura ou simplesmente o produto da imposição do poderoso sobre o fraco ou do estrangeiro sobre o nacional, mas uma mistura de aceitação, rejeição e reelaboração, continuamente em negociação. Revelaram a mistura, no alternativo, de submissão, cumplicidade, resistência e reconversão.

As teorias de cultura popular, como as de Jesús Martín Barbero e Nestor García Canclini, questionaram tanto as teorias da dependência e dominação como a possibilidade de se empreender uma política de reforma de caráter estatal. Tais conceitos, afirmavam os autores, haviam sido construídos a partir de uma visão simplista e mecânica da cultura e do Estado que ignorava suas formações históricas e as transações que ocorrem continuamente em todos os níveis. Como explica Martín Barbero, “... as pessoas saem do mundo da academia e do planejamento governamental e têm de se confrontar com a realidade cultural desses países... Tomamos conhecimento de memórias e imagens que misturam raízes indígenas nativas com uma cultura camponesa, o rural com o urbano, o folclórico com a cultura popular, e o popular com a nova cultura de massa”. O retrato da cultura popular como essa “densa variedade de

culturas populares vivas e fortes criando uma área de profundo conflito e incessante dinamismo cultural” traçado por Martín desafiou os pesquisadores a estudar os processos de criação da cultura de massa sem fazer deles processos de degradação cultural (1993:2).

O trabalho de Nestor García Canclini (1989) tomou em consideração o modo como pesquisadores de comunicação deveriam estudar as culturas híbridas que constituem a modernidade na América Latina; como o conhecimento parcial das diferentes disciplinas relacionadas à cultura podem ser reunido para elaborar uma explicação mais plausível das contradições e fracassos da modernização. Esse desafio foi enfrentado pelos trabalhos sobre rádio popular de Rosa María Alfaro (1990), sobre humor popular de Peirano e Sanchez León (1984) e pelos estudos histórico-culturais argentinos dos subgêneros das histórias de detetive, histórias infantis, revistas, rádio-teatro e jornalismo (Ford, Rivera e Romano, 1985). Outros pesquisadores levaram a cabo estudos de programas e apresentadores populares de TV específicos (Altamirano, 1987), e da relação entre cultura popular e cultura transnacional (García Canclini e Roncagliolo, 1988). À medida que a perspectiva de redemocratização foi se tornando mais provável, no entanto, outros pesquisadores retornaram às análises políticas, procurando compreender a política cultural e a possibilidade de uma futura formulação de políticas nos Estados redemocratizados.

As novas políticas culturais e a política

Em meados dos anos 80, com o retorno gradual da democracia na região, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, CLACSO, formou um grupo de pesquisa sobre políticas culturais. Os estudos do grupo olharam para além das políticas culturais de caráter estatal das décadas anteriores, para incluir as multinacionais, o setor privado nacional e organizações populares em suas análises. Essa mudança de ênfase para fora do Estado era o resultado lógico da privatização dos serviços públicos, a mudança em direção às economias de mercado desregulamentadas e o crescente papel da mídia privada na formação dos assuntos políticos. O grupo CLACSO estudou a base cultural dos movimentos populares e revolucionários e o papel da cultura na construção de hegemonia e consenso (García Canclini, 1987; Landi, 1984; Brunner, 1985; Miceli, 1984; CLACSO, 1989). Roberto Amaral e César Guimarães estudaram a relação entre televisão (*Rede Globo*) e política no Brasil (1986 e 1990); Lins da Silva analisou os meios de comunicação nas eleições brasileiras de 1989; Javier Protzel

examinou os meios de comunicação e o *marketing* político nas eleições peruanas entre Vargas Llosa e Fujimori (1991); e Oscar Landi analisou o papel da televisão no estabelecimento do cenário, da agenda e da linguagem política na Argentina (1992).

Sem tema unificador

O retorno gradual da democracia na América Latina, associado à introdução das políticas de livre mercado, desregulamentação e privatização de empresas estatais, estabeleceu uma nova relação entre o Estado e os meios de comunicação e introduziu alguns assuntos novos na agenda da pesquisa de meios de comunicação. Estudos que haviam sido feitos acerca de movimentos relativos a comunicação e desenvolvimento, políticas nacionais de comunicação e reforma, e sobre as lutas contra a ditadura, deram lugar a uma miríade de projetos diferentes. Nenhum desses projetos enfocou os esforços coletivos da comunidade acadêmica do modo como havia sido feito no passado.

Respeitante a essas mudanças, Enrique Sanchez Ruiz fala de um movimento de afastamento em relação ao estilo intelectualmente autoritário do passado, de um monopólio da verdade absoluta, em direção a uma maior modéstia e pluralismo intelectual (Sanchez, 1992:16). José Marques de Melo (1993:218) interpreta a mudança como a preservação da atitude crítica na formulação das hipóteses e suposições iniciais da pesquisa, mas com o uso de medidas tanto qualitativas como quantitativas, para descrever e diagnosticar os processos de mídia e cultura.

Mais que grandes projetos e teorias sobre o Estado e os meios de comunicação, a pesquisa e a política de mídia e cultura na América Latina começaram a enfocar aqueles espaços onde mídia e cultura têm um impacto social, econômico ou político distinto, sejam eles o da educação, das campanhas eleitorais, do mercado ou dos esforços de desenvolvimento. Esses espaços são predominantemente espaços de democracias de sufrágio universal e mercados livres, e a pesquisa é mais administrativa e menos crítica. Outros sinais daquilo que para alguns pode ser chamado de amadurecimento e para outros de pragmatismo ou conformismo crescente da comunidade acadêmica latino-americana (Faraone, 1992) são fornecidos pela irrupção de interesse em estudos sobre mídia educativa (*media education*) e pela relação entre meios de comunicação e educação formal.

Essa mudança faz com que a pesquisa feita hoje na América Latina pareça menos crítica, ou talvez mais resignada, do que a feita na Europa ou

mesmo nos Estados Unidos. De fato, como Sinclair (1994:27) observa, a maior parte da literatura corrente sobre globalização ou internacionalização está preocupada com a americanização da Europa, provavelmente por que esses assuntos continuam sendo de interesse do Estado naquelas sociedades. Pouco desse tipo de pesquisa vem da América Latina. Os líderes políticos e governos latino-americanos como um todo abandonaram preocupações nacionalistas de proteção da identidade cultural, junto com seus projetos de meios de comunicação estatais. As reivindicações por cotas de programação nacional e os debates acerca do encolhimento da esfera de transmissão pública da Comunidade Européia soam *demodé* na América Latina, onde os estados lutaram essas batalhas vinte anos atrás, e onde o setor privado é hoje forte o bastante para exportar programação nacional, ainda que basicamente telenovelas. O crescente pragmatismo da pesquisa de meios de comunicação não significa que estudos sobre os efeitos da “globalização” e “transnacionalização” não sejam mais realizados na América Latina. Uma significativa quantidade desse tipo de pesquisa continua a ser produzida, sobretudo em cursos universitários de graduação e pós-graduação em comunicação em toda a região. Essas pesquisas tendem, no entanto, a ser descritivas e suas relações com política doméstica estão também vinculadas a assuntos de comércio e regulamentação, por exemplo, o papel do Estado nos novos acordos de comércio regionais. Exemplos dessa tendência incluem estudos sobre o Mercosul e a pesquisa feita no México sobre o impacto cultural do NAFTA (Esteinou *et alli*, 1992).

Nota final

O desafio que enfrenta a América Latina hoje na relação entre os Estados e os meios de comunicação – construir uma mídia realmente democrática em economias de mercado bastante livre – é mais pragmático e difuso do que em qualquer período no último quarto de século. Ele requer uma avaliação dos direitos e obrigações do indivíduo, das organizações de sociedade civil e das indústrias de comunicação e cultura cada vez mais autônomas, poderosas e transnacionais. Envolve ainda o planejamento e a implementação de regimes de regulamentação, a organização de apoio estatal direto e indireto e a formulação de uma política de comércio para organizações de comunicação e cultura. Até o momento, essas considerações mais amplas sobre direitos e obrigações, representação política e transparência têm estado geralmente ausentes das agendas das pesquisas na região. A longa ausência de sistemas democráticos

tornou certos tópicos um tanto acadêmicos, ou perigosos. Hoje, em todo caso, pesquisadores latino-americanos estão contribuindo para a construção da comunicação democrática em áreas como integração regional (Kunsch, 1993); direitos de comunicação e norma legal (Rama, 1992) e comunicação e saúde (Beltrán, 1993).

Enquanto alguns podem afirmar que a pesquisa e a teoria sobre meios de comunicação e cultura na América Latina perdeu sua direção e sua convicção, outros encontram um alívio bem vindo em relação ao que consideravam certezas ideológicas e reducionismos do passado. Em qualquer caso, a pesquisa dos meios de comunicação na América Latina continuará a desenvolver-se enquanto a riqueza e a pobreza crescentes da nova era da comunicação geram novas áreas de tensão entre o Estado e aqueles que controlam os recursos de informação e cultura.